TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 41ª (QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O CERCAMENTO DE ÁREAS PÚBLICAS EM LOTES DE HABITAÇÃO UNI OU MULTIFAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL, EM 15 DE MAIO DE 2014

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wasny de Roure e Rôney Nemer

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 40 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 5 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputada Arlete Sampaio – PT
- Deputado Aylton Gomes – PR
- Deputado Benedito Domingos – PP
- Deputada Celina Leão – PDT
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Dr. Michel – PP
- Deputada Eliana Pedrosa – PPS
- Deputado Olair Francisco – PTdoB
- Deputado Patrício – PT
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Rôney Nemer – PMDB
- Deputado Washington Mesquita – PTB
- Deputado Wasny de Roure – PT

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

– Está aberta a sessão.
– Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 39ª e 40ª Sessões Ordinárias e da 6ª Sessão Extraordinária.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 3.267, de 2014, do Deputado Wasny de Roure, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir o cercamento de áreas públicas em lotes de habitação uni ou multifamiliar no Distrito Federal.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

– DEPUTADO WASNY DE ROURE, presidente da sessão e autor do requerimento
– DEPUTADO RÔNEY NEMER, presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF
– FERNANDO NEGREIROS, Secretário Executivo do Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos de Solo e Projetos Habitacionais – GRUPAR, da Secretaria de Regularização de Condomínios – SERCOND
– MOEMA PEREIRA ROCHA DE SÁ, Diretora de Planejamento Urbano, representando a Secretária de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Jane Diehl
– MARCO ANTÔNIO SANTANA, Coordenador-Geral da Região Fiscal nº 4 da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS
– FÁBIO FUZEIRA, secretário da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO WASNY DE ROURE, presidente da sessão e autor do requerimento

– Informa que esta comissão geral é motivada pela preocupação dos moradores das regiões do Gama e do Guará, que vêm recebendo notificações encaminhadas pela AGEFIS com relação às cercas residenciais.

– Explana o processo de inicialização de estudos do Projeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo – LUOS nesta Casa e discorre sobre as suas etapas de trabalho.

– Menciona que esta comissão geral tem como objetivo trazer respostas à sociedade, detalhando as ações do Governo para resolver os problemas que afetam o urbanismo do DF.

DEPUTADO RÔNEY NEMER, presidente da CEOF

– Ressalta que é premente a aprovação de normas que resguardem os ocupantes de áreas públicas e lembra que o Poder Executivo ainda não propôs novas regras acerca da outorga onerosa das referidas áreas para substituir as leis sobre o assunto que, por inconstitucionalidade, deixaram de viger.

– Acentua que, em face do problema, não deve ser atribuída culpabilidade aos fiscais incumbidos de reprimir as ocupações irregulares, ônus que deve recair sobre os responsáveis pela regulamentação do tema.

– Destaca a urgência da aprovação do Projeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico – PPCUB necessários à melhoria do controle urbanístico do DF.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – PP

– Faz um breve relato sobre a sua vinda para Brasília, e ressalta a necessidade de serem regularizadas as áreas ocupadas pelos condomínios, ação que trará tranquilidade aos seus moradores.

– Observa que Brasília possui uma densidade demográfica alta por ser a capital do País, e frisa que o Governo precisa criar novas políticas habitacionais para o DF.

FERNANDO NEGREIROS, Secretário-Executivo do GRUPAR

– Informa que os estudos relativos à construção de muros e guaritas, iniciados na gestão anterior da Secretaria de Regularização de Condomínios, atualmente estão a cargo da Secretaria de Governo, da Casa Civil, da Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB e da consultoria do Governador.

MARCO ANTÔNIO SANTANA, Coordenador-Geral da Região Administrativa Fiscal nº 4 da AGEFIS

– Elogia o discurso proferido pelo Deputado Rôney Nemer e ressalta a importância do fiscal da AGEFIS para o controle urbanístico.

– Comenta o acordo feito com o Ministério Público para que o órgão notificasse apenas as novas ocupações enquanto a LUOS não for concluída.

– Menciona que a ouvidoria recebe denúncias dos próprios moradores e que a AGEFIS desempenha o seu papel de fiscalizar e de notificar.

– Participa que o órgão está aguardando a aprovação da LUOS.

MOEMA PEREIRA ROCHA DE SÁ, Diretora de Planejamento Urbano da SEDHAB

– Esclarece que os critérios gerais para ocupação onerosa de áreas públicas contíguas a lotes residenciais serão estabelecidos na LUOS.

– Destaca, todavia, que, em face da diversidade das regiões, o regramento detalhado do tema constará dos Planos de Desenvolvimento Local – PDLs.

– Acrescenta que, até o início da vigência dos PDLs, vigorarão regras instituídas por decreto para suprir as lacunas legais existentes.

JOSIANA AGUIAR WANDERLEY, Diretora de Normas e Padrões Urbanos da Subsecretaria de Controle Urbano da SEDHAB

– Lembra que, embora o cercamento das calçadas seja uma demanda antiga da população, as leis existentes são confusas.

– Ressalta que Brasília possui extensas áreas públicas não pavimentadas, o que fez com que os moradores cercassem os locais próximos às suas residências.

– Afirma que o cercamento indiscriminado de áreas públicas limita os espaços amplos de circulação, criando corredores e calçadas estreitas.

– Salienta a necessidade de a população preservar as áreas urbanas originais para promover o bem-estar da coletividade.

– Destaca que as leis existentes não possuem parâmetros específicos, o que provocou confusão no entendimento legal, e que o texto proposto na LUOS tem a mesma falha.

– Salienta que a solução para esse problema não poderá ser generalizada, e que cada caso deverá ser analisado.

– Observa que a pavimentação excessiva traz problemas de drenagem pluvial, além de deixar o DF mais árido e sem vegetação.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – PTdoB

– Expõe preocupação em face das dificuldades para apreciação da LUOS e do PPCUB decorrentes da diversidade de problemas a serem tratados.

– Opina que devem ser resguardados os direitos dos ocupantes de áreas públicas outrora autorizados pelo Poder Público.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – PTC

– Aborda a dicotomia entre o Estado regularizador e o Estado fiscalizador, e acrescenta que a falta de segurança fez com que os moradores cercassem as suas residências.

– Pondera que a maioria das ações da AGEFIS decorre da omissão do Estado, e afirma que as invasões de áreas públicas são provenientes da falta de políticas habitacionais.

– Discorre sobre a violência nas diversas regiões do DF.

– Critica os órgãos fiscalizadores por não terem notificado o Governo pelo assoreamento da área próxima à obra do balão do aeroporto.

– Menciona que várias invasões no DF ocorreram com a anuência de Governos passados, e que hoje os órgãos fiscalizadores do GDF não possuem estrutura para fiscalizar todas as áreas públicas.

– Analisa o atual panorama brasileiro e salienta que a falta de organização do Estado leva à decadência dos serviços prestados à sociedade.

DEPUTADO DR. MICHEL – PP

– Defende a manutenção do direito anteriormente concedido aos moradores de colocarem grades nas áreas públicas contíguas às residências para amenizar a insegurança crescente.

– Sugere ao Poder Executivo que, em face da possibilidade de demora para a aprovação da LUOS, regulamente a manutenção das grades por intermédio de lei específica.

– Argumenta que a circunscrição do assunto à LUOS retirará do Governo a possibilidade de obter dividendos políticos com o atendimento da demanda.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

– Assume o compromisso, com o Deputado Dr. Michel, de que, antes do recesso de julho, seja votado o projeto de lei que regulamenta as cercas de grades de Sobradinho.

FÁBIO FUZEIRA, secretário da CDESCTMAT

– Expõe que a questão do cercamento em ocupações de áreas públicas é abordada de forma superficial na LUOS, razão pela qual essa lei não solucionará imediatamente o problema que aflige os moradores.

– Realça que as soluções ajustadas às especificidades locais, conforme reivindicado pela comunidade, serão objeto de PDLs, os quais, todavia, devem aguardar a aprovação do LUOS.

– Informa que a SEDHAB aceitou incluir na LUOS proposta do Deputado Dr. Michel que prevê a manutenção das situações consolidadas de ocupação até que seja aprovada nova lei específica, de forma a proporcionar tranquilidade aos moradores.

– Refere-se a cercamentos desnecessários que prejudicam a coletividade, e frisa que a atenção despendida em prol das ocupações deve fazer-se acompanhar de cuidados para coibir os excessos.

– Lembra que as ocupações pretendidas, por força de lei maior, devem ser remuneradas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, presidente da sessão e autor do requerimento

– Indaga aos representantes da SEDHAB se há uma lei específica sobre cercamento de áreas, que contenha parâmetros detalhados.

– Menciona projeto de lei que tramitou nesta Casa que tratava do cercamento de condomínios.

EDERES BRASIL, hoteleira e diretora do Diferencial Hotel

– Agradece ao Deputado Wasny de Roure pela promoção deste debate.

– Reivindica às autoridades celeridade na resolução do problema, de forma a mitigar a insegurança enfrentada pela comunidade.

– Comenta os motivos que fazem urgir providências em prol dos moradores do Guará que edificaram grades.

ANTÔNIO DONIZETTI, gerente da Assessoria de Condomínios – ASCON

– Lembra o artigo da Constituição Federal que trata do dever do Estado de promover a segurança da população.

– Ressalta que o principal motivo de as casas estarem gradeadas é a falta de segurança.

– Sugere que a lei que está em vigor no Cruzeiro seja também aplicada nas regiões do Guará e Lúcio Costa.

MARIA LUIZA SOUSA MARQUES, síndica do Edifício Gabrielle – Guará I e participante da Comissão de Síndicos do Guará

– Questiona decisão do Administrador do Guará de notificar os condomínios que realizaram cercamentos na região e lembra compromisso por ele firmado de que consideraria a especificidade dos casos até a aprovação da LUOS.

MARIA LÚCIA HIPÓLITO, síndica da QI 5 do Guará I

– Pede que seja divulgado na mídia o conteúdo do que está sendo discutido nesta comissão geral, para que a população tenha ciência das ações pretendidas pelo GDF.

– Solicita ao Governo a manutenção das grades regulares.

GUILHERME ROSA GUEDES, assessor de planejamento do Park Way

– Argumenta que o fechamento de áreas públicas em favor de particulares não solucionará a insegurança existente, e sustenta que o enfrentamento da violência requer providências de cunho social em vez do isolamento dos espaços.

– Destaca que o erguimento de grades nas áreas públicas restringe direitos da coletividade.

– Apresenta dúvidas acerca da proposta de outorga onerosa das áreas ocupadas.

– Requer aos parlamentares a ponderação desses aspectos na análise do projeto ora discutido.

DEPUTADO RÔNEY NEMER, presidente da sessão

– Pondera que, no passado, não havia a necessidade de grades nas residências, porém hoje são necessárias para a segurança dos moradores.

– Ressalta que, apesar do quadro de violência no DF, não se pode permitir a colocação indiscriminada de cercas.

– Exemplifica casos de abuso na ocupação de áreas públicas e destaca que a situação de cada região deverá ser analisada.

JOSIANA AGUIAR WANDERLEY, Diretora de Normas e Padrões Urbanos da Subsecretaria de Controle Urbano da SEDHAB

– Desaprova o fechamento de espaços públicos por particulares que almejam segurança.

– Classifica de privatização a outorga pretendida, e chama a atenção para os riscos que podem advir da aprovação da medida.

– Contrapõe-se à alegação de que a antiguidade das ocupações consolida direitos, e adverte que a tolerância do Poder Público nesses casos é iníqua e estimula a perpetuação do desrespeito à legislação.

– Comenta o papel do Legislativo na promoção do debate democrático do problema.

MOEMA PEREIRA ROCHA DE SÁ, Diretora de Planejamento Urbano da SEDHAB

– Tece comentários sobre a lei que prevê o cercamento para habitações unifamiliares.

– Avisa que a LUOS regulariza o território do DF de forma generalizada e não de forma específica, por isso há a necessidade de se fazer um estudo detalhado de cada região e para que sejam criados regulamentos direcionados na forma de PDL.

– Observa que as cercas surgiram muito antes da onda de violência no DF e são provenientes do sentimento de posse dos moradores, mas, nos dias atuais, tornaram-se uma questão de segurança.

– Pede a todos que acreditem na LUOS como instrumento de regulação do território do DF, e ressalta que, apesar das dificuldades de normatização, a lei atingirá os anseios de todos os moradores de Brasília.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – PMDB

– Explana que a CLDF está envidando esforços para votar a LUOS e o PPCUB até julho, de maneira a solucionar diversos problemas urbanos, dentre os quais a questão dos cercamentos.

– Manifesta seu apoio à reivindicação dos ocupantes, e frisa que a aprovação dos mencionados projetos deve ser realizada mediante rigorosa observância dos requisitos legais, técnicos e jurídicos.

– Informa que a tramitação do PPCUB na CLDF sofre atraso decorrente de questionamentos judiciais, mas, por outro lado, estima que a LUOS seja aprovada com celeridade.

MARCO ANTÔNIO SANTANA, Coordenador-Geral da Região Administrativa Fiscal nº 4 da AGEFIS

– Responde aos questionamentos feitos pelos participantes da comissão geral.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, presidente da sessão e autor do requerimento

– Expõe ao representante da AGEFIS, Marco Antônio Santana, o interesse dos parlamentares de acompanharem a elaboração da norma por ele mencionada, em face da correlação do assunto com os projetos da LUOS e do PPCUB, atualmente em tramitação na CLDF.

– Revela que solicitará ao Poder Executivo esclarecimentos dos critérios a serem adotados na tramitação de projetos específicos para regulação das grades erigidas por moradores em áreas públicas.

FÁBIO FUZEIRA, secretário da CDESCTMAT

– Esclarece os aspectos que ainda serão tratados nas reuniões técnicas referentes à LUOS.

– Explana a dificuldade de se tratar de uma lei como a LUOS, e manifesta a sua preocupação diante da complexidade de se atender os anseios da população do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, presidente da sessão e autor do requerimento

– Destaca a possibilidade de que, uma vez ultimados os relatórios das Comissões referentes à LUOS, a matéria seja votada até meados de junho próximo.

– Solicita à equipe da SEDHAB, em face da urgência do tema, que elabore com celeridade os decretos já mencionados.

– Comenta que todos os administradores regionais foram convidados para a presente discussão.

– Elogia o senhor Guilherme Rosa Guedes pelo compromisso demonstrado diante do assunto.

– Exorta todos a contribuírem com a formulação de soluções para os problemas ora discutidos.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Ata lida e aprovada na 43ª Sessão Ordinária, de 21/5/2014.